



ATA Nº 6/2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Filipe Montez Coelho Madeira (em substituição), respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Mário João das Neves Flores, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e cinquenta minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 5/2019 referente à sessão ordinária de 28 de setembro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 5/2019 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Clara Maria Maximiano Rosa Martins, Inês Guerra Vargas, José Casimiro Fróis Ferreira, Susana Carla Alves Franco e Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira (29 presenças). -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----



----- Previamente à leitura da correspondência deu conhecimento de que foi apresentada na Mesa um voto de louvor proposto por todos os grupos municipais, que será lido pelo Primeiro Secretário, discutido no período de antes da ordem do dia e votado logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. ----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2, e o voto de louvor apresentado pelos grupos municipais (anexo 3). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antecedendo a entrada no período antes da ordem do dia e a abertura das inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, desculpou-se pelo atraso no início da sessão, explicando que foi confrontado pelas diversas bancadas, no sentido de lhe ser apresentado um requerimento visando a retirada do Ponto X da ordem de trabalhos, ou seja, a alienação da quota do Município na Escola Profissional de Rio Maior (EPRM). Disse que, após breve reunião entre ele próprio, o Executivo Municipal e os líderes de bancada, foi acordado retirar-se o ponto da ordem de trabalhos já que alguns dos deputados municipais não se sentiam confortáveis a discutir e votar este assunto por não serem detentores de toda a informação para, em consciência, deliberar sobre o mesmo. Acrescentou ainda que ficou também acordado que os grupos municipais, na pessoa dos seus líderes de bancada, iriam enviar à Câmara Municipal até dia 27 de novembro as dúvidas existentes e solicitar a documentação que considerassem necessária, assumindo a Câmara Municipal o compromisso de que seriam dados os esclarecimentos e documentos solicitados até dia 2 de dezembro, ficando, desde logo, agendada sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para discussão e votação exclusivamente deste assunto, para dia 5 de dezembro, colocando também como condição que os deputados municipais pudessem prescindir das senhas de presenças. -----

----- Colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal que o ponto X pudesse ser retirado a fim de ser presente a uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal e as restantes condições atrás referidas. A proposta foi aceite por unanimidade dos membros presentes. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----

----- Deputada Susana Carla Alves Franco -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer ao Executivo Municipal a recente substituição da conduta de abastecimento de água do furo de captação de água até ao depósito elevado, em Assentiz, no sentido de eliminar os desperdícios da água e a dar melhores condições de vida aos fregueses. Disse ainda que para além desta obra foi também já adjudicada uma outra intervenção na Rua Manuel Sequeira Nobre e na Rua do Pinhalico, para substituir a tubagem das águas e respetivos ramais, que já tem quarenta e três anos e, por isso, completamente degradada. -----

----- Deu ainda conhecimento que, após vários anos, conseguiu abrir um caminho que estava interrompido há cerca de vinte anos por um particular, que já foram feitos vários trabalhos, várias intervenções e a estrada já está transitável, muito embora ainda faltem alguns complementos, acrescentando que este será uma mais valia para a população e também de grande utilidade para os bombeiros e forças de segurança.

----- De seguida deixou o alerta para o facto de os cortes das estradas na Vila Marmeleira continuarem por arranjar passado tanto tempo e lembrou que a obra foi efetuada há cerca de cinco anos e que os cortes nunca foram repostos, com o prejuízo



que daí advém para os seus utilizadores. Solicitou que esta situação pudesse ser corrigida rapidamente. -----

----- Por fim, referiu-se aos muitos prédios degradados existentes na união de freguesias e que, com as condições atmosféricas recentes, têm vindo a piorar, levando ao natural receio de eminente derrocada. Solicitou que pudesse ser feito todo o possível para, em conjunto, resolver este problema com urgência. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à transferência de competências e à abertura demonstrada pelo Executivo Municipal para colocar nas freguesias as competências de proximidade que poderão, na medida do possível e de acordo com os recursos que cada um irá eventualmente conseguir mobilizar, mudar um pouco o panorama daquilo que é o trabalho em torno das infraestruturas e do trabalho de base das freguesias. Disse que este tema tem sido discutido em fóruns particulares e no núcleo de presidentes de junta de freguesia e que, embora não haja ainda uma ideia totalmente clara de todo o processo e valores, reiterou a abertura do Executivo Municipal para fazer todo o processo com as devidas cautelas e antevendo as dificuldades. Acrescentou que este é um processo desafiante, influenciado pelas características de cada território e da sua dimensão, mas que o desafio foi aceite e ressaltou a abertura e a cautela com que este processo tem sido tratado. -----

----- De seguida congratulou-se pelas visitas que têm sido feitas um pouco por todo o concelho e em particular a Arroquelas em dia de mercado local, salientando a importância destas visitas para quem está a trabalhar junto das populações, dado que nem sempre é fácil transmitir de forma clara e lúcida aquilo que se pretende fazer nos meios com dimensão e densidades reduzidas. Acrescentou ainda de que faz questão de trazer esta informação aos membros da Assembleia Municipal, sobre aquilo que são as suas intenções para o ano de 2020 e sobre o dia a dia de quem trabalha e está no desempenho destas funções, deixando, mais uma vez, o desafio de que possam deslocar-se e esses locais e tomar conhecimento, em presença, de questões mais infraestruturais, como estradas, valetas, caminhos, por exemplo. Fez ainda referência ao produto que é o azeite e à importância que este poderá ter futuramente como marca associada ao território, tornando-o mais apetecível e criando novas dinâmicas e



atividades, não só para a freguesia de Arrouquelas, mas para todo o concelho criando-se uma fileira interessante de forma a tornar o território mais visitável e mais atrativo. –

----- Para terminar não quis deixar de fazer referência a dois homens que, em sua opinião foram marcantes a nível nacional: Diogo Freitas do Amaral, que assume ser como uma grande referência no seu pensamento e na sua ação, por ter um percurso incrivelmente interessante e que sempre pensou por si próprio e que, através dessa forma de pensar, nos faz trabalhar em prol do que é o bem público de forma convicta; e também José Mário Branco, figura marcante pelas ideias e trabalho feito. -----

----- Terminou dizendo que em relação à EPRM terá que separar as águas e agir conforme os seus princípios éticos na devida altura, já que é funcionário daquela instituição há mais de dezassete anos. -----

----- **Presidente da Junta da Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- No âmbito das visitas de trabalho às freguesias pelo Executivo Municipal e em particular à Freguesia de São Sebastião, quis deixar um agradecimento público, na pessoa do Presidente da Câmara, a todos os que estiveram presentes na mesma, não só pela visita em si, mas sobretudo por poder verificar que os problemas por ele expostos não caíram no vazio. -----

----- De seguida, relativamente às prioridades para 2020 na freguesia a que preside, lembrou que a mais urgente será na Rua Jacinto da Silva o levantamento da antiga conduta de água e o consequente alcatroamento da rua, que se encontra atualmente sem alcatrão e cheia de remendos. Solicitou que logo que possível esta situação pudesse ser solucionada. -----

----- **Deputada Susana Carla Alves Franco** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir aos postos de abastecimento de eletricidade para veículos elétricos e a como a mobilidade elétrica é um importante contributo para uma mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética do transporte. Ainda assim, disse que existe alguma controvérsia sobre a poluição dos carros elétricos, mas que, mesmo assim se acredita que este será um modo de mobilidade de futuro, mais ecológico e mais barato também. Afirmou que se tem verificado o aumento do número de veículos elétricos e acredita que à medida que a autonomia desses veículos aumentar, se



verifique também uma crescente adesão a esta forma de mobilidade. Referiu que em Rio Maior, a possibilidade de carregamento de um veículo elétrico, nomeadamente para quem vive num apartamento e sem uma garagem, ou para quem vem de fora e queira carregar o veículo a oferta é extremamente limitada, lembrando que a existência destes postos pode até ser um atrativo quando se decide onde fixar habitação. Posto isto, perguntou qual é a estratégia do Município em relação à colocação destes postos de carregamento para este tipo de veículo. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Pediu que lhe fosse esclarecido e respondido por escrito, quem é o responsável pela manutenção dos depósitos de água, das estações elevatórias e das condutas, se é Câmara Municipal ou se é a Águas do Tejo e Atlântico. Continuou dizendo que verificou que existe uma redução de verba em orçamento para o investimento em saneamento, abastecimento de água, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, e questionou o que se pretende fazer objetivamente em relação à limpeza do rio Maior e da ribeira de S. Gregório. -----

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar uma nota positiva sobre a campanha de recolha de veículos abandonados e abusivamente estacionados na via pública, lançada em setembro, e que apresenta um procedimento simples que passa pela identificação dos proprietários, a notificação aos mesmos, dando-lhes um prazo de quinze dias para a remoção dos veículos, findo o qual é o próprio Município a retirá-los, sendo o custo do processo por conta do proprietário. Disse ainda que este programa inclui não só a cidade de Rio Maior, mas todas as freguesias do concelho e que, até ao momento, já foram notificados vinte oito proprietários e que doze dos quais já procederam à remoção voluntária da viatura. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir às comemorações do feriado municipal no dia 6 de novembro, endereçando os parabéns ao Executivo Municipal pela forma como o mesmo



foi organizado, dando-lhe uma nova dinâmica, nomeadamente pela a utilização do Cineteatro, que tornou a cerimónia mais ligeira. -----

----- Salientou a realização do encontro de idosos com o almoço no Pavilhão Multiusos, que permite que aqueles que aqueles que, por uma questão de mobilidade ou de saúde, normalmente não conseguem usufruir deste tipo de evento e também a inauguração da ciclovia Rio Maior/Asseiceira e vice-versa, considerando que esta será uma mais-valia para o concelho. Acrescentou que a ciclovia está bem sinalizada e iluminada, permitindo a utilização a qualquer hora. Por último quis ainda realçar a oportunidade de visitar as obras de requalificação em curso na Villa Romana, que caminha a passos largos para a sua conclusão e que será, com toda a certeza, uma nova centralidade para o concelho, que põe à disposição um conjunto de achados arqueológicos importantes quer a nível nacional quer a nível Internacional. Referiu também que se iniciaram as obras de requalificação da Zona Ribeirinha que, em seu entender, será mais um motivo de orgulho para todos os riomaiorenses e um fator de atração de visitantes. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para prestar homenagem a Diogo Freitas do Amaral, que faleceu no dia 3 de outubro, dizendo que este foi Primeiro Ministro, várias vezes ministro, embaixador e também Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. Afirmou que foi um homem do seu tempo e do nosso tempo, fundador do CDS, um dos pais da democracia em Portugal e considerado internacionalmente como o repositório da democracia e do regime democrático no nosso país. Disse que foi um homem que sempre pugnou pela cidadania e que os cidadãos deveriam exercer na plenitude o significado de democracia.

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Sobre Diogo Freitas do Amaral disse que este teve um percurso fascinante a partir do final da década de 60 e que era uma pessoa com quem, na maior parte das vezes, esteve em profundo desacordo, em desacordo quanto a opções, em desacordo em termos ideológicos, mas que isso nunca o levou a tirar a fotografia dele de alguma sede social como o CDS, que agora o elogia, fez. Acrescentou que Diogo Freitas do Amaral foi alvo de injustiças e que a história, com o distanciamento que o tempo proporciona, lhe irá fazer justiça porque foi, de facto, uma figura ímpar na democracia portuguesa. Salientou ainda a sua honestidade intelectual. Mesmo com certas evoluções de pensamento, sempre foi homem e político honesto e isso é algo que não se poderá dizer de muitos dos políticos do após 25 de abril. -----



----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que é verdade que a fotografia do Professor Diogo Freitas do Amaral foi, em tempos, tirada, mal a seu ver, da sede do CDS, mas que nos dias de hoje está lá. -----

----- De seguida deu conta que a Unidade de Saúde Familiar Villa Romana completou no passado dia 12 de novembro o seu primeiro ano de existência, sendo a data comemorada com uma visita simbólica às ruínas romanas que lhe dão nome. Disse que eram visíveis as melhorias que ocorreram, quer no serviço prestado aos utentes, quer nas respostas dadas pela unidade aos desafios que ficaram e que tantas vezes foram identificadas nesta Assembleia, nos últimos anos. Fez um reconhecimento especial à Dr.^a Luísa Bernardo que trouxe um novo fulgor ao centro de saúde, melhorando o seu serviço, a sua imagem, garantindo que todos os utentes da unidade tivessem médico de família, situação que há muitos anos não se verificava, e deu ainda conta que esta USF abrange mais de sete mil utentes do concelho e que é seu desejo expresso que as restantes unidades possam acompanhar este tipo de desenvolvimento, garantindo que todos os munícipes passem a beneficiar de um serviço de excelência. Dirigiu ainda um agradecimento à Câmara Municipal por todos os esforços e apoios prestados no âmbito da saúde em Rio Maior. -----

----- Sobre o Orçamento Participativo Jovem, deu nota que esta é uma ferramenta disponibilizada há já alguns anos pela Câmara Municipal e que permite que os jovens riomaiorenses possam participar ativa e diretamente na vida do seu concelho, através da sua contribuição cívica e com ideias que dinamizem Rio Maior. Continuou dizendo que este será mais um ano em que doze mil euros, do orçamento da Câmara Municipal, será utilizado para implementar os excelentes contributos dos jovens, endereçando, desde logo, os parabéns à jovem vencedora com um quiosque digital que servirá como ferramenta de publicidade, divulgação das atividades e informações pertinentes para os munícipes. -----

----- Por fim, antes de terminar, não quis deixar de assinalar a data de 25 de novembro, data em que depois de muito anos de uma ditadura de direita, o povo português demonstrou não estar disponível para experimentar uma ditadura de esquerda, colocando um ponto final ao processo revolucionário em curso, denominado PREC, que representou a tentativa de forças políticas de alguma esquerda não democrática, tomarem a liderança do processo de libertação iniciado em 25 de abril de 1974. Afirmou



que se o processo da democracia e da liberdade se iniciou, e bem, a 25 de abril, foi a 25 de novembro, que ele efetivamente se concretizou, razão pela qual, enquanto jovem que não conhece outra realidade que não a da liberdade, mostrou o seu reconhecimento a todas as pessoas militares e civis que arriscaram as suas vidas, com muita coragem, para que essas duas datas, hoje, possam ser comemoradas em liberdade e livres de qualquer ditadura, seja ela de que lado for. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que registou com apreço as palavras sobre do 25 de novembro porque, como todos sabem, há muitos anos que diz o mesmo e que é uma hipocrisia da esquerda portuguesa não comemorar o 25 de novembro, mas que cada qual fará figura por si e a história também fará história. -----

----- Quanto à situação da USF no centro de saúde, congratulou-se muito, mas realçou que a maior parte dos portugueses continuam com os mesmos problemas. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que no passado mês de outubro se celebrou em Rio Maior o “Mês da Solidariedade e da Saúde” tendo sido, nesse âmbito, realizadas várias atividades ao longo de todo o mês dirigidas a diferentes grupos da comunidade riomaiorense, com destaque para o 4º Encontro de Cardiopneumologia, a Ação de Sensibilização e Prevenção da Violência Doméstica e vários rastreios. Informou que esta iniciativa do município contou com vários parceiros, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social do concelho, o Centro de Saúde de Rio Maior, o Núcleo do Ribatejo, da Associação Alzheimer Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e também as escolas do concelho, dirigindo a todos o justo reconhecimento e um agradecimento pela iniciativa e pelas parcerias criadas. -----

----- De seguida disse que não poderia deixar de fazer um comentário acerca da última sessão Assembleia Municipal, do dia 28 de setembro, porque não pode concordar com várias atitudes e comportamentos, venham eles de quem vierem e de que bancada vierem, incluindo a sua. Nesse sentido, pediu desculpa a todos os presentes na referida sessão da Assembleia Municipal e, muito em especial, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Quanto ao voto de louvor ao Atleta João Vieira disse que se remeteu para o documento entregue à Mesa da Assembleia, merecendo o mesmo, da sua bancada, o reconhecimento e a aprovação. -----



----- Terminou referindo-se ao Plano Diretor Municipal (PDM) e ao facto de ter tido conhecimento que a proposta de revisão foi levada a reunião de Câmara Municipal e entregue à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) em reunião realizada com todas as entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento. Solicitou que lhe pudesse ser prestada informação sobre este processo e de quais os trâmites que se seguem. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas, autorizando, desse logo, que a mesma possa ser dada aos vereadores para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente de Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, agradeceu as palavras que lhe dirigiu relativamente ao que foi feito e disse que, em relação ao que continua por fazer, tem existido comunicação constante e que a Câmara não é desconhecadora da situação que, frequentemente, tem sido falada na Assembleia de Freguesia, que é a reposição da regularidade do piso da Rua Principal da Vila da Marmeleira. Fez um ponto de situação informando que está ainda a ser executada a garantia da obra para ser depois aberto o respetivo procedimento para a reposição do mesmo. -----

----- Relativamente aos prédios degradados disse que é uma questão que atinge outras freguesias e que se está a trabalhar no sentido de notificar os proprietários para procederem á conservação ou demolição dos prédios em causa. Disse ainda que a Câmara Municipal, por si, tem tentado acudir às situações de maior urgência, porque considerando o elevado número de prédios nessas condições não há disponibilidade financeira imediata para cobrir os custos de todas as intervenções. Afirmou ainda que, para além de corrigir, é importante que sejam criadas políticas que permitam que essa situação seja um motor catalisador da atividade dos privados, e que já se está a trabalhar na criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) para os Centros Urbanos das freguesias em que tal se justifique. -----

----- Sobre a abertura da estrada disse que será mesmo uma mais valia, não só para Assentiz, mas também para a freguesia de Arrouquelas e até para a Vila da Marmeleira, pela criação de uma ligação direta que encurta o caminho e, mais do que isso, permite um acesso rápido a um veículo de emergência. -----



----- De seguida agradeceu ao Presidente de Junta de Arrouquelas e de São Sebastião pelas palavras acerca das visitas às freguesias e afirmou que o método de trabalho que será sempre utilizado é o da proximidade e de tudo fazer para estar sempre presente e ao lado das freguesias, agradecendo a disponibilidade com que é sempre recebido. ----

----- Quanto a uma eventual rota do azeite, esclareceu que foi levado a cabo pela Câmara Municipal um procedimento de aquisição de um serviço para ser constituída uma rota designada como "Rota do Azeite", que tem como ponto fundamental a atração turística e divulgação turística do concelho. Acrescentou que faz todo o sentido que a Freguesia de Arrouquelas seja a âncora deste projeto, pela tradição existente, mas que esta rota se estende a todo o concelho e passa por quase todas as freguesias. -----

----- Relativamente à Rua Jacinto da Silva, em São Sebastião, disse que está no topo das prioridades para aquela freguesia porque aquela via há já muitos anos que não tem manutenção e está num estado de degradação elevadíssimo. -----

----- Sobre os postos de carregamento para veículos elétricos disse que se trata de uma questão à qual o município está atento e informou que em 2017 foi feita uma candidatura com a Mobi.E para a colocação destes postos no concelho, sendo inclusive indicados possíveis locais para a sua colocação, mas até à data, não obstante a insistência, não foi dada nenhuma resposta formal para a dita colocação. Acrescentou ainda que a Depomor - Desenvolvimento e Progresso de Rio Maior, S.A., tem um contrato de promessa de compra e venda assinado com uma empresa do sector para a colocação, junto da entrada do Parque de Negócios, de um posto de abastecimento elétrico. Neste contexto deu ainda conhecimento que a Câmara Municipal fez uma candidatura ao fundo ambiental para a aquisição de dois veículos elétricos para substituir as duas viaturas obsoletas que eram destinadas ao serviço de saúde, tendo as mesmas já sido cedidas para esse mesmo efeito. Referiu ainda que existe um posto privado de carregamento de viaturas elétricas nas Marinhas do Sal e que é efetivamente frustrante ainda não se ter concretizado, na prática, a colocação de postos de acesso público. ----

----- Esclareceu, de seguida, que a manutenção dos depósitos de água em alta está a cargo da empresa fornecedora de serviços em alta, e as captações próprias ou reservatórios próprios, em baixa, estão a cargo da câmara municipal como entidade gestora e que, nesse sentido, se tem feito um esforço para priorizar esta área, aguardando-se que o grande investimento necessário possa vir a ser financiado por fundos comunitários. Disse ainda que se tem tentado, naquilo que é responsabilidade da autarquia, fazer o mais possível nomeadamente ao nível das captações, da



beneficiação dos depósitos, na limpeza, desinfeção e impermeabilização dos mesmos, na requalificação da rede de águas em todas as suas dimensões, dentro do que as finanças municipais permitem. Solicitou ao Chefe de Divisão de Obras Públicas que pudesse ser enviado a todos os membros da Assembleia Municipal um resumo das intervenções que têm vindo a ser realizadas. -----

----- Quanto à limpeza do rio Maior e da ribeira de São Gregório, informou que está marcada uma reunião com um técnico da área no sentido de este poder aconselhar sobre um projeto a desenvolver na zona da ribeira de São Gregório que, ao longo dos anos, foi alvo de alguns erros crassos, nomeadamente no que se refere ao leito e às margens. Acrescentou que nesse projeto será considerada a requalificação do curso dentro do perímetro urbano, contemplando a sua limpeza, a retirada dos muros de gabiões, criando um cartão de visita fantástico da cidade em conjunto com as instalações de todo o parque desportivo. Afirmou ainda que outra zona que apresenta problemas gravíssimos de erosão é nas traseiras do edifício do tribunal e junto ao centro pastoral, necessitando de intervenção urgente por se tornar perigoso. Referiu ainda que, como hábito, tentar-se-á controlar as descargas que são ocasionalmente feitas e as mesmas denunciadas às entidades fiscalizadoras. No que se refere ao rio Maior, informou que estão previstas duas fases de intervenção, uma primeira que vai desde o edifício da moagem até à zona do Rio da Ponte, incluída na requalificação da zona ribeirinha, e a segunda até à Avenida 13 de julho criando uma zona para circulação pedonal e fazendo a manutenção das margens do rio. -----

----- Acerca do programa de recolha de viaturas abandonadas disse que para além de se tratar de fazer uma limpeza, esta recolha permite também libertar lugares de estacionamento que estavam permanentemente ocupados em vários locais. Informou que foi um processo concertado que com as juntas de freguesia, que fizeram a sua divulgação e a sensibilização para a importância do mesmo, e que os resultados já se fizeram notar com a retirada voluntária de doze veículos dos vinte e oito identificados e que foram notificados os proprietários para a sua retirada. Disse ainda que haverá aqueles que não poderão ser retirados de imediato por constrangimentos legais, mas que haverá também os que a câmara irá retirar e colocados em armazém até decorrerem todos os procedimentos legais. -----

----- Sobre as comemorações do feriado municipal disse que se pretendeu dar uma outra dinâmica à cerimónia solene e acredita que foi conseguido, agilizando-a e, ao mesmo tempo, criando momentos lúdicos. Relativamente ao almoço de idosos disse



que a informação que dispõe, dos próprios, é que gostaram da refeição, do local e da forma como foram recebidos, revelando que este continua a ser um momento de sã convivência. Sobre a inauguração da ciclovia Rio Maior – Asseiceira, referiu que se trata de obra que poderá ter uma utilização desportiva ou apenas de passagem, permitindo mais segurança seja pela delimitação seja pela iluminação colocada que, inicialmente não seria para considerar, mas que o próprio considerou que não fazia sentido fazer uma ciclovia sem iluminação. Considerou ainda que se conseguiu criar uma avenida de acesso á cidade de Rio Maior, trazendo a freguesia de Asseiceira para mais perto da cidade, e que muito mais haverá a fazer no sentido de dotar o concelho deste tipo de infraestrutura, nomeadamente, uma ciclovia Rio Maior –Cidral, uma ciclovia Rio Maior-Vale de Óbidos, uma ciclovia Rio Maior-Azinheira, e outras que se poderão pensar em tempo. -----

----- Acerca da USF Villa Romana concordou que a Dr.^a Ana Luísa Bernardo foi uma grande mais valia no centro de saúde e criou uma dinâmica que diferente, mais eficaz e que a Câmara Municipal tem apoiado dentro das suas possibilidades. Agradeceu a toda a equipa coordenada pela Dr.^a Ana Luísa Bernardo, porque se conseguiu iniciar a revitalização da saúde em Rio Maior. -----

----- No que se refere ao OPJ disse que se trata de uma iniciativa já com alguns anos do pelouro da juventude, através da qual se pretende que os jovens se interessem pela causa pública, atribuindo-lhes a responsabilidade da afetação do bem público. -----

----- De seguida disse que estava solidário com as palavras ditas sobre o 25 de novembro, com as quais concorda na íntegra. -----

----- Quanto ao processo de revisão do PDM, disse que não obstante as informações que irá pedir que o Vereador da área dê, informou que decorreu a entrega da proposta de revisão do PDM, no dia 21 de novembro, com muitas das entidades com presença na Comissão de Acompanhamento (CA), onde teve oportunidade de intervir e de acompanhar grande parte da visita ao concelho e que, a sua função enquanto Presidente da Câmara, foi de transmitir aquilo que é o pulsar presente e o que se quer para o pulsar no futuro do concelho e, na sua modesta opinião, julga que esse objetivo foi conseguido. Continuou dizendo que este plano irá estar em consulta pública a seu tempo e que, nessa altura, se espera que todos contribuam para o seu enriquecimento e aperfeiçoamento. Agradeceu a toda a equipa técnica da Câmara Municipal que conduziu o processo com grande rapidez e, muitas vezes, sacrifício pessoal, e alguns



acumulando o seu trabalho diário com a execução deste processo e endereçou um especial agradecimento ao Vereador Lopes Candoso que coordenou todo este trabalho.

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer um pequeno resumo da vigência do PDM em vigor e do processo de revisão há já catorze anos atrás, dizendo que este entrou em vigor em 1995 e que dez anos passados foi iniciado processo de revisão que, durante todos estes anos, teve avanços e recuos. Afirmou que no início deste mandato ficou com a responsabilidade da área do ordenamento do território e que, nessa altura, assumiu perante esta Assembleia, que seria apresentada uma proposta durante o mesmo, o que agora se concretiza. Disse que a proposta apresentada é ambiciosa e que, na sua ótica, vai ser um fator de desenvolvimento para o concelho, não obstante ser uma proposta muito condicionada pela legislação em vigor, que reduz largamente o poder de concretização da Câmara Municipal. Acrescentou que foi com grande satisfação que apresentou a proposta em reunião da Câmara Municipal para que o Executivo Municipal pudesse manifestar a sua posição e remeter a mesma à CCDRLVT, e que no dia 21 de novembro foi realizada a reunião da CA que integra mais de vinte entidades, que vieram a Rio Maior para a apresentação da proposta e uma visita ao concelho. Referiu que esta comissão é presidida pela CCDRLVT e que é esta entidade que coordena esta fase do processo, deixando, desde logo, marcada a próxima reunião a realizar no dia 18 março de 2020 nas instalações daquela entidade e que durante este tempo que medeia as entidades terão que se pronunciar e fazer os relatórios para que a proposta seja votada nesse dia. Acrescentou que após esta votação, serão realizadas reuniões de concertação com as entidades que tenham votado contra a proposta, no sentido de sanar a questão que levou a esse sentido de voto. Terminou dizendo que este será agora um processo de concertação e que, para isso, se contará com a equipa interna e externa defendendo aquilo que se considera o melhor para o concelho e que, após esta concertação será apresentada a proposta final em reunião da Câmara Municipal, iniciar-se-á o período de discussão pública e que, após remessa à Câmara Municipal será submetido à Assembleia Municipal para deliberação e, após eventual aprovação, será publicado em diário da república, muito possivelmente ainda durante o ano de 2020. ---

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação o Voto de louvor subscrito por toda a Assembleia Municipal. -----



----- **Voto de louvor a João Paulo Garcia Vieira (anexo 4)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 5)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra após reclamação feita no âmbito do período previsto no artigo 67º do Regimento da Assembleia Municipal de Rio Maior. -----

----- “Na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, cumprimento todos os presentes. Aproveito para apresentar, em nome da CDU, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Eng.º Filipe Santana Dias, os nossos melhores votos de bom trabalho, e de sucesso num mandato que vai continuar face á saída da anterior Presidente, cumprimentos esses, que se tornam extensíveis ao Senhor Vice-presidente, Eng.º Candoso, com toda a sinceridade, desejamos um bom trabalho. -----

----- O que eu quero perguntar penso que se trata só de uma, de abanar aqui o ambiente para ficarmos um pouco mais bem-dispostos, mas antes disso não resisto fazer aqui duas referências, que é o facto de se estar a parabenizar o envolvimento da Câmara Municipal na Unidade de Saúde Villa Romana, e se esquecerem tantas outras pessoas, nomeadamente a Comissão de Utentes de Rio Maior que tanto deu e tanto fez para que tal acontecesse. Obviamente que a Dr.ª Ana Luísa é uma lufada de ar fresco, uma chapada, chamem-lhe aquilo que quiserem, é um doce, uma pessoa excecional, mas efetivamente a Comissão de Utentes de Rio Maior que existe, trabalhou muito e fez muito para que isto acontecesse. Outra questão, é obviamente a questão do dia 25 de novembro. Percebi aquilo que o Senhor Presidente da Mesa disse, em democracia e na vida em geral é preciso ter educação, creio eu, e foi isto que tentei transmitir sempre as minhas filhas, para nos respeitarmos primeiro a nós, porque só assim podemos respeitar



os outros, e é assim que nós costumámos agir na CDU, apesar de muitas pessoas acharem que não. Agora meus amigos, o 25 de novembro jamais ouvirão palavras de apoio, de parabéns, de felicidade, porque foi efetivamente uma data triste na democracia portuguesa. Mas esta é uma opinião da CDU, não retira a opinião da Inês Vargas, enquanto Inês Vargas, ou do Senhor Presidente, enquanto Senhor Presidente. -----
----- Passando agora aquilo que eu queria, é que eu fiquei preocupada, mudámos de Presidente, recebemos uns documentos para informação e há aqui um ponto nesta assunção de compromissos plurianuais que diz assim “considerando a informação datada de 28 (...) o gabinete jurídico (...) foi autorizada a prestação de serviços para a manutenção dos elementos de extinção da Câmara Municipal de Rio Maior”, e eu fiquei preocupada, se agora mudava a Presidente e iam extinguir a Câmara. Depois vi que faltava um mapa, fui á procura do mapa e vi que a empresa era de extintores, mas continua a dizer manutenção dos elementos de extinção da Câmara Municipal de Rio Maior. Por amor de Deus, nós perdemos até agora porque quem luta pode ganhar ou perder, quem não luta não ganha ou não perde, mas continuamos na luta pela desagregação das freguesias retomando o seu ponto de termos as catorze, não extingam por favor a Câmara Municipal de Rio Maior, porque andamos todos a trabalhar até com o PDM, para que ela tenha é uma maior pujança nacional. A palavra está mal utilizada, corrijam por favor. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxa** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que o que se pretende é a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 e o Mapa de Pessoal para 2020, conforme previsto no n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e a atualizar a taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remissão do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- Nesse sentido, fez uma breve apresentação e uma súmula dos pontos que o executivo municipal considera fortes, dizendo que se trata de um orçamento de continuidade, que respeita a boa saúde das contas publicas e que não trava nenhum investimento já considerado, acrescentando ainda alguns. Referiu que é um orçamento de vinte e seis milhões de euros, o maior dos últimos cinco ou seis anos, e que é



claramente um orçamento de investimento e que, prova disso, é a decisão de contrair empréstimo bancário adequado ao investimento pretendido e à folga financeira da Câmara Municipal, não pondo nunca em causa a sustentabilidade das contas. Salientou que esta possibilidade só existe devido à gestão dos últimos anos que consolidou e tornou sustentável a vida financeira do município, permitindo o endividamento para investimento na qualidade de vida dos riomaiorenses. Disse ainda que se trata de um empréstimo de um milhão e duzentos mil euros e que este endividamento é feito de forma sustentada, já que a previsão de contas é que serão pagos cerca de um milhão e meio de euros de dívida em atraso, resultando ainda assim num saldo positivo de trezentos mil euros no final do ano. -----

----- Afirmou que este é sempre um documento que reflete escolhas políticas de gestão, prioridades e afetação de recursos e, sendo assim, estas devem ser em consonância com as ideologias, e este, em particular, disse ser um orçamento dinamizador na área da cultura, catalisador na economia e justo do ponto de vista social. Acerca das transferências para as juntas de freguesia, reforçou a ideia de que estas são parceiros efetivos no trabalho desenvolvido e a desenvolver e, por isso, houve um aumento de 37,5% no valor das transferências em 2019 e, para 2020, mais um aumento de 28% relativamente a 2019, o que quer dizer que de 2017 até à data houve um aumento global efetivo de cerca de 50% do valor transferido. Quis também informar que, pela primeira vez na história do Município de Rio Maior, se trabalhou no sentido de conseguir-se a medição real e o valor real das competências a transferir, garantindo a justeza e a suficiência do que será delegado. Agradeceu a todas as freguesias o trabalho desenvolvido e em especial à de Rio Maior que entendeu mudar a sua forma de trabalho, e adiar a aceitação de algumas competências para 2021, possibilitando a preparação da transferência durante este ano de 2020. Deu ainda conhecimento que, pese embora as freguesias não tivessem aceite as transferências já para 2020, optou-se por trabalhar em 2020 no modelo que será utilizado a partir de 2021, utilizando os meios e as figuras legais dos contratos interadministrativos e acordos de execução para financiar as Freguesias e transmitir trabalho e tarefas como se da nova lei se tratasse, permitindo um apetrechamento das freguesias e a adaptação a este novo modelo de trabalho, através da aprendizagem conjunta e fazendo os ajustes necessários. Relembrou que a partir do momento em que a transferência de consolide a Câmara Municipal não poderá afetar meios a esses trabalhos porque as competências já não serão sua e sim competências próprias das juntas. Disse ainda que para além dos cerca de setecentos



e três mil euros que irão ser transferidos, foi ainda disponibilizado a oito das dez freguesias a possibilidade de fazer conservação de vias através de um procedimento que a Câmara abriu até ao valor de duzentos mil euros. -----

----- Terminou dizendo que o objetivo será sempre ouvir todos na elaboração do orçamento, mas que por dificuldades de agenda não foi possível a nenhum partido da oposição estar presente em tempo que permitisse a discussão da proposta, mas que posteriormente já tiveram oportunidade de trocar impressões, não ao abrigo do direito da oposição, mas informalmente e que, por isso, é natural que não esteja explanado no documento do orçamento qualquer proposta dos partidos da oposição. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Interveio para dizer que o documento foi analisado, em especial que naquilo às freguesias diz respeito e ao que irão ser as suas responsabilidades, mas que houve um elemento que chamou à atenção, que foi o facto de ser prever um reforço ou colocação de rede wireless na cidade. Perante essa previsão quis reforçar a ideia que o reforço dessa rede nas freguesias é de grande importância porque poderá ser um fator de atratividade para a fixação de população, nomeadamente população jovem, que poderá ponderar fixar-se se tiver intensidade de rede que permita, por exemplo, trabalhar a partir de casa. Terminou dizendo que um investimento neste sentido seria uma mais valia para a sua freguesia e para todas e seria mais um elemento de atratividade para as pessoas de fixarem nesses territórios. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que este é o documento que espelha todas as intenções e opções para o concelho e o que se pretende fazer, e que ao olhar para este orçamento vê que mais uma vez não está previsto investimento relativamente ao saneamento. Afirmou que o saneamento é um assunto que considera prioritário, porque o concelho já deveria estar todo abrangido por esta rede, e num orçamento maioritariamente de gestão corrente, o que se encontra para a remodelação, ampliação e execução da rede de saneamento é um total de três mil euros trezentos e noventa e três cêntimos. Disse ainda que não viu nenhum projeto nem nenhuma intenção de construção de rede de saneamento onde esta falta, e que, nessa medida, iria votar contra o orçamento apresentado, acrescentando que no dia em que ver no orçamento previsão da



construção da rede de saneamento em falta no concelho, votará a favor e ainda que se no dia da apresentação de contas existir uma execução de 90%, votará a favor das mesmas e aplaudirá de pé. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Pediu a palavra apenas para dar conta de que, contrariamente aos anos anteriores, o CDS-PP não foi convocado para a audição e discussão da proposta de orçamento. --

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra após reclamação feita no âmbito do período previsto no artigo 67º do Regimento da Assembleia Municipal de Rio Maior. -----

----- “*Off the record*, e não plagiando as palavras do Filipe, mas referenciando a conversa que tivemos com o Senhor Presidente, antes da preparação do orçamento, posso dizer que pela primeira vez a CDU, pensou na hipótese de não votar contra este orçamento, ou seja, se calhar isto quer dizer que estamos a caminhar todos no bom caminho, mas isto é *off the record*, e fica para que, o Senhor Presidente pense, porque achamos que efetivamente a conversa, foi uma conversa positiva, foi uma conversa onde há caminho para andar e a nossa intervenção é exatamente no sentido do caminho para andar. -----

----- Permita-me já agora, que faça uma referência, eu penso devagar, tenho uma costela alentejana, há pouco a Carla, fez ali muito, é atitude de mulher, as mulheres tem uma grande categoria, um pedido de desculpas e eu, aqui em conversas de mulheres também não quero deixar de dizer que esta assembleia está a decorrer de uma forma que as anteriores deveriam ter decorrido há muito, com mais respeito entre as partes independentemente de podermos brincar e dizer coisas simpáticas, mas é agradável deste lado, ver um Executivo que respeita os deputados, só não respeitou convidando os deputados para o jantar dos idosos nas Comemorações do 6 de Novembro. -----

----- Passando agora, às restantes coisas, portanto, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o orçamento para 2020 que nos é apresentado, vem uma vez mais, no entender do CDU, mostrar a falta de projeto integrado para todo o concelho deste executivo. Naturalmente que o regime financeiro das autarquias é respeitado, e mal seria se assim não fosse, verifica-se o equilíbrio orçamental, tem plasmada a anuidade e a plurianualidade, regista a não consignação e aponta o princípio da unidade e da universalidade, ou seja, respeita as regras que a lei exige, honra se faça a todos os trabalhadores desta casa envolvidos na execução técnica deste orçamento. Contudo e para além disto, é entender da CDU que as GOP e o orçamento devem ter como visão



a melhoria contínua de condições de vida dos riomaiorenses e também dos que cá vivem e trabalham. Esta proposta, como as anteriores, continua a não responder ou a estar muito longe das necessidades atuais no âmbito do desenvolvimento económico sustentado do nosso concelho, seja nas áreas económica, cultural, social, ambiental, associativa, da criação de emprego, habitacional e das condições de vida, problemas como a resolução da área empresarial de Rio Maior, que está cada vez pior, habitação pública ou social, zero, obras por administração direta, como forma de poupar 30% nos orçamentos, nenhuma referência, problemas de saneamento e da água, mais uma candidatura que pode vir reprovada como a anterior, o que esperamos não aconteça, porque aí, também nós aplaudiremos, de pé, a feitura da totalidade do saneamento em Rio Maior e uma execução a 90%, são duas condições que se impõem. Geoparque para potenciar o turismo natureza e a valorização do património geológico, nada, políticas de ação reivindicativas face aos poderes regionais e nacionais para as redes viárias nacionais, IP e IC e autoestradas, nada, projetos globalizantes com vista ao futuro de Rio Maior, nomeadamente o de Rio Maior Cidade Educadora, promoção de eventos desportivos e afins e não só estágios internacionais, e tanto, tanto mais que há para fazer, a fim de garantir um futuro melhor e não apenas pequeninas obras a que se atribuem grandes parangonas mediáticas, sem que desprezemos essas pequeninas obras, porque grão a grão, enche a galinha o papo, obviamente. -----

----- Nesta proposta de GOP's e orçamento, salientamos como positivo o aumento das verbas a transferir para as freguesias, naturalmente que sim, mas, a maioria das juntas de freguesia, e os seus Presidentes de Junta assim o dirão de sua justiça se é ou não verdade esta circunstância, precisam de mais dinheiro, mas precisam igualmente de recursos técnicos, humanos, máquinas e equipamentos por forma a rentabilizar o que recebem. Neste sentido e na opinião da CDU, continua por constituir e concretizar uma coisa que entendemos que seria muito útil aos Senhores Presidentes de Junta e naturalmente a todas as Juntas, o Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias (GATF). –

----- Terminamos dizendo que este orçamento e GOP's, a exemplo de anteriores, abre um sem número de rubricas, porque eu não me acredito que os cem euros para o saneamento não seja mais do que uma abertura de rubricas, abre um sem número de rubricas à espera que o "pai natal", hipotéticos projetos europeus venham aprovados, esperemos que todos os projetos europeus a que nos candidatamos venham aprovados. Afinal, e sem sobre de dúvida, este não é ainda uma sombra cinzentina que possa permitir à CDU votar a favor, pese embora não acreditarmos que jamais essa



parte apresente um projeto autárquico que seja o nosso projeto autárquico, pelo que vamos votar contra, mas nós continuamos sempre na luta e esperamos que a luta traga um novo amanhecer nesta relação. Disse. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para, na qualidade de presidente de junta que terá a curto prazo competências próprias, que são, na sua maioria, concretizadas atualmente através contratos interadministrativos e nos acordos de execução. Considera que este processo de transferência é confortado pelo facto de saber que o executivo camarário compreende as capacidades das juntas e é capaz de as ajudar a cumprir com eficácia essas mesmas competências e prova disso é o reforço do orçamento das dez freguesias do concelho, perfazendo mais de setecentos mil euros. Acrescentou ainda que não menos importante que os recursos financeiros é o reconhecimento e o incentivo que é dado as freguesias que, certo de que falou por todos os seus colegas presidentes de junta, os leva a fazer mais e melhor. Considera que isto é um sinal claro por parte do executivo camarário, de que a transferência de competências em definitivo para as juntas de freguesia será um processo tranquilo e negociado com conhecimento e em plena consciência das necessidades de cada uma delas e em benefício das suas populações. Afirmou ainda as juntas podem e querem ir mais longe e muitas outras competências podem e devem ser dadas às freguesias, mas não crê que seja este governo a avançar com as grandes reformas estruturais de que o Estado tanto necessita. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por falar das transferências para as Juntas de Freguesia, dizendo que em sua opinião é que este assunto não novidade e é uma política que fica bem, porque, na verdade, é que se não houver a transferência destes montantes para as Juntas de Freguesia a própria Câmara Municipal executa o trabalho e gasta o montante que iria transferir. Disse ainda que é incrível que a Câmara tenha resistido tanto na transferência de competências e que as Juntas anseiem tanto por ela. -----

----- Relativamente ao orçamento afirmou que estas não seriam as opções políticas do Partido Socialista (PS) e, em relação ao conteúdo da nota introdutória quando fala sobre a gestão eficiente e endividamento, quis dizer que a falta de investimento durante estes



dez anos nada mais é do que falta de investimento e que se lhe chamam uma reversão de um ciclo em que havia investimento municipal com recurso ao endividamento, fez ponto que nessa época havia investimento e, para o conseguir, efetivamente se recorria a empréstimos. Questionou, por isso, qual a quantidade de investimento que se deixou de fazer só para não contrair empréstimos, já que considera que gestão eficiente é a realização de obra, recorrendo ou não ao endividamento caso seja necessário e cada qual a pena, como as que foram realizadas há mais de dez anos e que são hoje motivo de orgulho para todos os riomaiorenses e o único património interessante e com relevo e há para mostrar. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que agradecer ou pedir de desculpa não é um problema para si, mesmo quando as coisas não lhe dizem diretamente respeito, como foi o caso, e reafirmou que pedirá desculpa sempre que assim o entender e sempre que tal for necessário, da mesma forma como agradece o que tem que agradecer. -----

----- Relativamente à convocatória feita aos líderes de bancada para discussão da proposta de orçamento esclareceu que a coligação tem uma bancada única e que a própria, como líder de bancada, é que costuma ser convocada. Mais disse que nos anos anteriores convidou o Deputado António Figueiredo para a acompanhar nas reuniões com o executivo camarário, mas que este ano não aconteceu por desencontros de agenda, acabando por ter uma reunião informal e não agendada com antecedência sobre o assunto. -----

----- Acerca da proposta de orçamento agradeceu a todos aqueles que ajudaram a produzir um documento que é estrutural e essencial e admitiu que orçamentos maiores e melhores é a ambição de todos, mas efetivamente estes são limitados pela disponibilidade financeira que tem sido menor devido à dívida de vinte e seis milhões de euros que os executivos do PSD herdaram. -----

----- Sobre a velha teoria da oposição de não votar favoravelmente porque não é o seu orçamento, disse que também não o poderia ser porque a oposição tendo sido convidada a participar em reunião para a discussão do mesmo, não compareceram para apresentar propostas. -----

----- Sobre a proposta de orçamento disse que se trata de um orçamento de continuidade, de rigor, de exigência e de investimento futuro, contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações do concelho, através da execução de obra, umas já iniciadas outras que se irão iniciar. Reforçou o apoio dado às freguesias



e disse que haver delegação de competências nas freguesias nunca será o mesmo que não haver, em termos práticos. Continuou dizendo que este é o maior orçamento dos últimos anos, destacando que este aumento também revela o apoio e a colaboração depositada no trabalho das Juntas de Freguesia, antecipando assim, a transferência efetiva de competências que a partir de janeiro de 2021. Fez ainda notar que em 2019 se aumentou em cerca de 37% o valor da delegação de competências face ao ano de 2018, e que em 2020 acresce mais 28% face ao orçamento de 2019. -----

----- Salientou ainda que para além do já referido, este é também um orçamento que não esquece a cultura, a educação, a ação social e as necessários obras no concelho, como sejam a rede viária, o saneamento, a água, a requalificação da frente ribeirinha, do edifício da antiga moagem, a residencial estudantil e outras tantas que se preveem.-

----- Terminou dizendo que é com satisfação que se verifica um aumento no orçamento, afirmando que muito mais haverá a fazer e que certamente o executivo camarário estará alinhado com essa vontade. Indicou o sentido de voto da bancada como favorável. ----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por agradecer todas as intervenções e dizer que tomou nota de todas as sugestões e recomendações feitas nas intervenções. -----

----- De seguida esclareceu que as rubricas que são dotadas com valores mínimos ou valores baixos podem, durante o ano vir a ser reforçadas consoante a disponibilidade financeira para a execução dessas obras, como é o caso da rede de saneamento. Acrescentou que a conclusão da rede de saneamento é um problema sério, dispendioso e que levará tempo a ser resolvido, pelo que achar que no final do ano ou no próximo ano estará resolvido em 90% com qualidade é sonhar alto. Sobre este assunto, disse ainda que a câmara municipal tem tentado resolver, por meios próprios, pequenas intervenções, que não substituindo o grande investimento necessário vai minimizando a carência neste setor. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado António Figueiredo sobre não ter sido convocado para a reunião de discussão da proposta de orçamento, esclareceu que a convocatória foi dirigida à líder de bancada da Coligação Juntos pelo Futuro. -----

----- No que se refere às afirmações de que este é um orçamento sem projeto e sem caminho traçado na área empresarial, disse que discordava, até porque este executivo camarário tem dado provas de dinamização neste setor. Afirmou que o trabalho continuará a ser feito nesta e em outras áreas como, por exemplo, nas políticas de reivindicação por causa do IC2 e da EN114 em conjunto e ao lado das Infraestruturas



de Portugal no sentido de serem resolvidas estas duas situações caóticas para o concelho. -----

----- Reiterou a importância do apoio dado às freguesias, seja financeiro seja técnico ou de qualquer outra natureza, e disso é exemplo o apoio na compra direta de equipamentos para uma das freguesias durante o ano de 2019 e a preparação de outros apoios desta natureza durante o ano de 2020, no sentido de equipar aquelas autarquias para fazer face às competências que irão ter. -----

----- Ainda acerca das juntas de freguesia, disse discordar com a intervenção que reduz aquelas a meros fazedores em substituição da Câmara Municipal e que essa referência revela profundo desconhecimento da realidade prática e das relações entre autarquias. Lembrou um estudo que o Professor Augusto Figueiredo, antigo Presidente de Junta, costumava indicar e onde dizia que fazer por um euro numa junta, representava fazer por três euros numa câmara e por quatro euros na administração central e que, tendo sido ele próprio Presidente de Junta, pode confirmar que com uma execução de 100% da transferência dada pela Câmara para caminhos rurais, conseguia um grau de execução de 800%, com a valor que os serviços camarários atribuíam ao metro quadrado de requalificação. Afirmou que a câmara não tem a capacidade de intervir na totalidade do seu território se não forem as juntas a complementar essa atividade e, por isso, a posição assumida será sempre de humildade e de agradecimento, porque a qualidade de vida que as juntas fazem chegar aos seus munícipes é impagável. Neste contexto fez um pequeno historial das transferências de verbas para as freguesias desde 2005, em particular na Junta de Freguesia de Rio Maior, lembrando que no mandato 2005/2009 as transferências foram na ordem dos trinta e cinco mil euros a quarenta mil euros, havendo mesmo um ano em que a Câmara Municipal não fez sequer delegação de competências, e que este ano, só para a Freguesia de Rio Maior, a título de exemplo, vão ser delegados duzentos e seis mil euros. -----

----- Sobre a afirmação que foi feita de não ter sido realizado nenhum investimento durante os mandatos da coligação, lembrou que, sem recorrer a endividamento e indicando apenas alguns dos projetos e obras executados, foi construída uma moderna loja do cidadão, foi feita a requalificação urbana, foram construídos centros escolares, foram desenvolvidos vários projetos na área social, foi feita a requalificação da rede viária, foram modernizadas e ampliadas as instalações desportivas, foi feito um Centro de Artes e Ofícios, foi pago um milhão de euros comprometido ainda pelo PS para a construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, foram feitos pavilhões de



instalações desportivas no meio rural e ainda foram pagos vinte milhões de dívida existente dos mandatos PS. Considerou até ofensivo, enquanto autarca, que alguém possa dizer que nada foi feito e que a única coisa que foi feito foi pagar dívida, porque além de pagar dívida não foi contraída mais nenhuma nestes anos e ainda foram feitas intervenções que permitiram oferecer uma melhor qualidade de vida aos munícipes, ao contrário do que foi a postura do PS que, em vésperas de eleições, o executivo na altura contraiu um empréstimo de quatro milhões de euros que esgotou na totalidade a capacidade de endividamento do Município. Ainda respondendo à questão do porquê de não ter sido feito nenhum empréstimo até agora, esclareceu que foi essencialmente porque o PS não deixou esgotando a capacidade de endividamento da Câmara Municipal para realizar más obras, feitas á pressa, eleitoralistas e que a população não reconheceu em urnas, porque muitas delas não eram necessárias nem urgentes. -----

----- Terminou dizendo que esta é uma proposta sustentada, com uma visão clara de investimento e com uma séria linha clara de ação, e que se diverge de alguns é apenas natural que assim seja. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Ponto II – Contrato Programa para o ano de 2020 com a Desmor, E.M.S.A** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do contrato programa para 2020 a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A. -----

----- Quis ainda acrescentar que se está a percorrer o caminho para a regularização das situações menos corretas como a da água, que, entretanto, já foi resolvida, e a da eletricidade que ainda se encontra em desenvolvimento. Deixou, desde logo, um elogio aos técnicos e à administração da Desmor, por todo o trabalho desenvolvido e pela consolidação da empresa no mercado recebendo pessoas de todo o mundo e reforçando a sua posição. Informou que a estrutura de custos na Desmor encareceu em cinquenta mil euros de fornecimento de água anual e foram agora criadas as condições para se conseguir medir a água fornecida e faturar esse fornecimento à empresa. -----



----- Quanto à eletricidade disse que já foi pedido a uma empresa do setor que fizesse um estudo rigoroso das alterações que terão que ser feitas à rede de abastecimento de energia elétrica para que a Desmor fique servida com contrato próprio. Deixou ainda a informação que esta alteração rondará os seiscentos a setecentos mil euros de investimento e que, muito embora tenha que ser feita, disse que este valor é altíssimo e, em termos práticos, em nada vem melhorar o serviço à população, tratando-se de uma obra de clarificação. Acrescentou que se existir forma legal e menos dispendiosa de fazer esta clarificação e apurar valores de gasto da Desmor com a eletricidade, será esse o caminho que percorrerá, já que o valor de investimento é enorme. -----

----- Reiterou o agradecimento à DESMOR, EM, aos funcionários desde o mais operacional ao mais executivo, desde a sua base até ao topo da pirâmide e ao Eng.º Lopes Candoso, por ser o representante da Câmara Municipal naquela empresa, que continua a ser um dos principais polos de atratividade do turismo e do trabalho desportivo, sendo disso demonstração o conjunto de prémios e agraciações que a empresa tem recebido ao longo do último ano e na sua história mais recente. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 26 votos a favor (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a este contrato-programa, ao nível das questões técnicas ou administrativas nada há a referir. Contudo, pese embora o nosso voto favorável, não deixamos de referenciar o que não vimos devidamente plasmado no documento, ou seja, um projeto de futuro claro e muito mais ambicioso para a DESMOR.” -----

----- **Ponto III – Lançamento de Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis – 2019-**

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação seguintes taxas de Imposto Municipal sobre os Imóveis: -----

----- 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI; -----

----- Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono; -----



----- Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista nos n.ºs 6, 7 e 12 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

Numero de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

----- Acrescentou ainda que a proposta da Câmara Municipal tem por base as informações técnicas e a necessária viabilidade financeira da Câmara Municipal, mantendo o valor das taxas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Interveio para indicar o voto contra da bancada do PS, tal como aconteceu no ano anterior, por entenderem que, a par de outros municípios do distrito, esta taxa devia ser reduzida. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 8 votos contra dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em conformidade com a tese sempre defendida pela CDU, esta taxa, em nosso entender, deveria situar-se no mínimo previsto na Lei que a aplica. Não sendo esta a opção do executivo, o nosso voto foi, e será sempre contra. “ -----

----- **Ponto IV – Participação Variável de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – 2020** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é fixar a



taxa de participação de 4,8% sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2020, nos termos previstos no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 6 votos contra dos Deputados Municipais Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva e 2 abstenções das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A nossa abstenção significa tão só, é pena que o Senhor Presidente não esteja cá, mas depois contam-lhe, significa tão só, um voto de confiança no executivo, no sentido de que os valores resultantes da aplicação deste imposto, possam reverter para a ação social do Concelho.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A aplicação da taxa de 4,8%, tendo em conta os 5% no máximo que se pode aplicar, é quase tudo, ou seja, além de pouco aliviar as famílias é pouca ambiciosa na cativação de pessoas para o concelho. É esta a razão pela qual votamos contra, porque entendemos que deveria ser uma taxa muito mais baixa do que os 4,8%.” -----

----- **Ponto V – Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2019** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é fixar a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC relativo ao exercício económico de 2019; conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2019 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação; e conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2019 às empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ que, durante esse ano, tenham criado, no mínimo, 2 novos postos de trabalho efetivos no concelho, conforme previsto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----



----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 9 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, Jorge Henrique Marcelino Paiva, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Só para justificar a razão porque é que nos abstivemos neste ponto, que é próxima da questão do IRS, agora relativamente às empresas. Tendo em conta que necessitamos maiores investimentos em Rio Maior, tendo em conta a competitividade que há entre concelhos, designadamente a política seguida pelos concelhos vizinhos sobre esta matéria, seria prudente uma taxa de derrama mais moderada, senão mesmo a isenção total, porque assim cativaríamos mais empresas. É esta a razão da nossa abstenção.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a esta matéria da derrama, continuamos a achar que é uma proposta pouco ou nada atrativa, razão esta que nos leva a uma abstenção crítica, esperando que no futuro, de facto, ela possa configurar um outro ar que torne Rio Maior atrativo e não bolorento. Não me parece que está ao nível da vinda de pessoas para o concelho, seja para a cidade, principalmente para a cidade, seja para as zonas rurais.”- -----

----- **Ponto VI – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2020** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2020. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 28 votos a favor (28 presenças). -----

----- **Ponto VII – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – Ano 2020** -----



----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2019, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; e que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos e justificou o seu atraso por ter estado presente na assinatura do protocolo do Clube UNESCO, por parte da EICEL¹⁹²⁰, acontecimento que considera ser uma honra para a Câmara Municipal, para a EICEL¹⁹²⁰ e para Rio Maior, e agradeceu o papel da Câmara Municipal na celebração do contrato de comodato e na renovação do protocolo que antecedeu esta assinatura. -----

----- Acerca do ponto em discussão disse que a lei dos compromissos é uma dificuldade criada às autarquias, num momento difícil do país, é certo, mas que começou pela parte mais fraca, portanto, naturalmente que a bancada do PS está de acordo e votará sempre favoravelmente esta autorização. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 28 votos a favor (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O nosso voto favorável não se configura no âmbito da aceitação da lei dos Compromissos, mas sim, unicamente por estarmos em presença de uma questão de gestão e de comprimento de lei. Contudo a CDU, continuará a dar seguimento à sua luta no sentido de que esta lei de compromissos seja revogada.” -----

----- **Ponto VIII – 5ª. Revisão ao Orçamento e 5ª revisão às Grande Opções do Plano - Plano Plurianual de Investimentos** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da modificação orçamental – 5ª Revisão ao Orçamento e 5ª Revisão às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos 2019, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Disse ainda que houve a necessidade esta alteração tem que ver com a retirada dos documentos dos grandes projetos financiados e da sua parte ainda não executada, não sendo expectável que seja executada até ao final do ano. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou o sentido de voto da bancada do PS de abstenção, dizendo que nada tem contra esta revisão, embora ache interessante que se queira retirar uma verba que não irá ser gasta este ano para, salvo melhor opinião, no relatório de contas não aparecer como não executado. Apontou que com esta revisão, quase um milhão de euros de verba orçamentada não irá ser executada e não irá aparecer como não executada no relatório de contas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que muitos dos atrasos nos investimentos não dependem diretamente dos serviços municipais e, portanto, algumas das dificuldades e constrangimentos que aparecem até à aprovação final pelo Tribunal de Contas vem influenciar os prazos de execução, como é disso exemplo obra da requalificação da Zona Ribeirinha que, neste momento, deveria ter uma taxa de execução muito mais alta e que teve o seu início há apenas quinze dias. Disse que entende a intervenção do ponto de vista partidário e a sua utilidade do ponto de vista político. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 2 votos contra das Deputadas Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 7 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Filipe Vicente Martins, Anabela Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Maria Inês de Aleluia Gomes Sequeira, Celso Cláudio Ferreira Martins e Jorge Henrique Marcelino Paiva (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente, nós compreendemos as razões que invocou, perfeitamente, mas a verdade é que em todas as Assembleias existiu uma revisão do orçamento. Portanto, esta proposta de revisão que agora é apresentada, sei que não gosta, mas, no nosso entender, só vem tornar mais claro que os compromissos do executivo para o ano em curso não foram cumpridos, importando adiá-los para o próximo ano, o que vem fazer com que o nosso voto contra confirme a nossa tese de ausência de projeto. Poderá ter, neste contexto, uma pontinha de razões externas à vontade, mas será desejável para todos, incluindo para vós, que um orçamento siga o seu curso normal e não existam em todas as Assembleias Municipais propostas de alteração ao mesmo orçamento.” ---

----- **Ponto IX – Aprovação das regras para a concessão de isenção parcial de Imposto Municipal de Imóveis aos bombeiros voluntários de Rio Maior** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação das regras para a concessão de isenção parcial do Imposto Municipal sobre Imóveis aos bombeiros voluntários de Rio Maior e a tabela anexa à informação de 8/11/2019, conforme previsto no n.º 2 e 3 do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- Disse ainda que, mais uma vez, esta deliberação vem materializar de forma esclarecedora aquilo que foi decidido no regulamento de apoio aos bombeiros, como é habitual. Aproveitou para fazer um agradecimento encarecido, em nome de todos os órgãos autárquicos do concelho, ao trabalho abnegado que os bombeiros fazem todos os dias do ano ao serviço da população, afirmando que todas as ajudas que se possam dar do ponto de vista social aos bombeiros, serão sempre escassas. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----



----- Indicou o sentido de voto da bancada do PS como favorável e questionou se não seria possível conceder também este benefício às associações e às coletividades. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondeu que não sabe se será possível a situação indicada, esclarecendo que o assunto que está a votação não diz respeito à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e sim aos sócios combatentes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Relativamente à situação de conceder o benefício de isentar do IMI as associações e coletividade disse que a mesma seria enquadrada e avaliada, reconhecendo que esta isenção pode contribuir para a capitalização das mesmas e de criar atratividade no movimento associativo. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que o assunto que está a discussão e votação não é nenhuma isenção à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e sim às pessoas singulares que são bombeiros. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para agradecer o esclarecimento e dizer que, em seu entender, esta é uma medida de maior profundidade e com a qual concorda perfeitamente, já beneficia, não tanto a associação, mas aqueles que, de forma voluntária e com riscos, dão o seu contributo à sociedade. Reforçou ainda a intervenção do Deputado Filipe Vicente, dizendo que já anteriormente tinham falado da necessidade de aproveitar este tipo de isenção para, de uma forma justa contribuir para vitalidade das associações. Deixou, por isso, a sugestão de que para o próximo ano pudesse ser considerada esta isenção.-

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Agradeceu a intervenção e informou que este executivo está já a fazer algum caminho nesse sentido com a revisão do regulamento do movimento associativo, que prevê a este tipo de isenção. Acrescentou ainda que, politicamente, é da opinião que não faz sentido que aquela que deveria ser a principal ponto de dinamização das associações locais, seja aquela que mais pesa nas suas contas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes, com 29 votos a favor (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **António Jorge Madeira – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar à situação do trânsito de pesados na cidade mesmo havendo sinalização de proibição da mesma em vários pontos. Disse saber que a Guarda Nacional republicana (GNR) faz parte da Comissão de Trânsito e que queria saber se os camiões que estacionam na Rua da Escola Superior de Desporto são autuados e, se não são qual o motivo. Acrescentou ainda que estão lá estacionados veículos pesados recorrentemente, nomeadamente um autocarro da Panificadora Costa & Ferreira, para além de pesados de mercadorias. Terminou dizendo que se a intenção não é autuar, só haverá uma coisa a fazer, retirar os sinais de trânsito proibido a pesados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por agradecer a intervenção e a presença na Assembleia Municipal, fazendo votos que mais gente possa fazer o mesmo, aproximando a população dos órgãos autárquicos. -----

----- Relativamente a incongruência deu total razão, ou seja, não se pode definir uma zona proibição a pesados e depois vir a verificar-se que existe estacionamento nessas zonas desses veículos. Disse ainda que salvo raras exceções, não é permitido o trânsito de pesados dentro da cidade, logo o estacionamento também não. Acerca da situação de se são autuados ou não, disse que desconhecia, já que essa é uma competência da GNR e a Câmara Municipal em nada pode intervir. Comprometeu-se, no entanto, a falar com a GNR no sentido de saber qual o ponto de situação. -----

----- Reconheceu que é uma falha deste concelho não ter já um parque destinado a estacionamento de pesados na periferia da cidade, com condições que permita aos profissionais do setor estacionar o seu veículo em segurança e deslocar-se num carro ligeiro para o interior da cidade, dizendo que este é um projeto que já se está a delinear assim como a sua localização junto à A15. -----



----- Terminou dizendo que se compromete a continuar o estudo de viabilidade deste parque e a ter a conversa com o comandante da GNR, no sentido de perceber o ponto de situação e como é que estão a atuar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de terminar os trabalhos, lembrou o compromisso assumido no início da sessão, sendo que até 4.ª feira, dia 27, deverão ser enviados à Câmara Municipal, com conhecimento à Assembleia Municipal, as questões e dúvidas que possam ter sobre o ponto retirado, assim como solicitar a documentação que possam considerar como necessária para o conhecimento do mesmo, tendo a Câmara Municipal que responder ao solicitado até dia 2 de dezembro. Lembrou que a sessão da Assembleia Municipal realizar-se-á no dia 5 de dezembro, às 20 horas, seguindo a convocatória e a ordem de trabalhos em simultâneo. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____